

COOPERAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA E FORTALECIMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: PROPOSTA TEÓRICA DE UM ESPAÇO NACIONAL DE COOPERAÇÃO

INTERUNIVERSITY COOPERATION AND THE STRENGTHENING OF HIGHER EDUCATION IN ANGOLA: A THEORETICAL PROPOSAL FOR A NATIONAL COOPERATION SPACE

Yohandra Rad Camayd ¹

Horacio Salvador Hernandez ²

1 Mestre em Ciências da Educação. Doutoranda pela FUNIBER Afrocontinental- Instituto Superior Politécnico Sinodal. E-mail: hacamay2017@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6366-9727>

2 MSc em Matemática Aplicada à Informática Instituto Superior Politécnico de Tundavala. E-mail: hsalvadorh@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3745-2003>

RESUMO

Este artigo analisa a cooperação interuniversitária como estratégia de fortalecimento do ensino superior em Angola e sistematiza uma proposta teórica para a criação de um Espaço Angolano de Cooperação Interuniversitária (EACIU). O estudo parte da necessidade de ampliar o intercâmbio científico, académico e tecnológico entre universidades e outras instituições de ensino superior, racionalizando capacidades e favorecendo projetos conjuntos. Metodologicamente, trata-se de uma investigação teórico-documental, de natureza bibliográfica, apoiada nos métodos de modelação e sistémico-estrutural. O corpus integra literatura sobre cooperação e redes universitárias, legislação e documentos de política pública relativos à organização do subsistema de ensino superior angolano, com recorte histórico-documental até 2012. Como resultado, propõe-se um modelo estruturado a partir de pressupostos teóricos e empírico-contextuais e de três dimensões interdependentes: conceptual, dinâmica e de impacto. A dimensão conceptual define missão, princípios, participantes, áreas prioritárias e arquitetura institucional; a dimensão dinâmica organiza os mecanismos de interação e circulação de informação; e a dimensão de impacto orienta a análise dos resultados para a comunidade universitária, a sociedade, os processos internos e a aprendizagem institucional. Conclui-se que uma estrutura cooperativa em rede pode favorecer a mobilidade, a investigação, a formação de recursos humanos, a partilha de capacidades e a internacionalização, preservando a autonomia das instituições participantes.

Palavras-chave: Cooperação interuniversitária, Ensino superior, Redes universitárias, Angola, Cooperação académica

ABSTRACT

This article analyses interuniversity cooperation as a strategy for strengthening higher education in Angola and systematizes a theoretical proposal for the creation of an Angolan Space for Interuniversity Cooperation (EACIU). The study addresses the need to expand scientific, academic and technological exchange among universities and other higher education institutions, while rationalizing existing capacities and promoting joint projects. Methodologically, it is a theoretical-documentary and bibliographic study supported by modelling and systemic-structural methods. The corpus comprises literature on university cooperation and networks, legislation and public policy documents concerning the organization

of the Angolan higher education subsystem, with a historical-documentary scope ending in 2012. The main result is a model structured around theoretical and empirical-contextual assumptions and three interdependent dimensions: conceptual, dynamic and impact. The conceptual dimension defines the mission, principles, participants, priority areas and institutional architecture; the dynamic dimension organizes mechanisms for interaction and information circulation; and the impact dimension guides the assessment of results for the university community, society, internal processes and institutional learning. The study concludes that a network-based cooperative structure can support mobility, research, human-resource development, capacity sharing and internationalization while preserving the autonomy of participating institutions.

Keywords: Interuniversity cooperation, Higher education, University networks, Angola, Academic cooperation

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do ensino superior contemporâneo ocorre num contexto marcado pela internacionalização das atividades universitárias, pela circulação acelerada do conhecimento e pela necessidade de as instituições responderem, simultaneamente, a exigências científicas, sociais e territoriais. Nesse cenário, a cooperação deixa de ser uma ação complementar e passa a constituir um mecanismo estratégico para ampliar capacidades institucionais, partilhar recursos e construir respostas conjuntas a problemas que dificilmente podem ser enfrentados de forma isolada.

No caso angolano, a expansão do subsistema de ensino superior e as sucessivas reformas institucionais criaram um quadro caracterizado por maior presença territorial das instituições, diversificação da oferta formativa e redefinição dos mecanismos de tutela e gestão. O documento que serve de base a este artigo analisa esse processo num recorte que se estende da implantação do ensino superior, em 1963, até às reformas e à reorganização institucional observadas no início da década de 2010. Por essa razão, os dados quantitativos e a configuração institucional apresentados devem ser interpretados como elementos do período histórico analisado, e não como descrição da situação atual.

A questão central do estudo reside na necessidade de transformar a expansão institucional em maior capacidade de cooperação. A existência de universidades e institutos em diferentes regiões do país cria oportunidades para a formação de redes capazes de articular investigação, formação avançada, mobilidade, extensão, inovação e partilha de infraestruturas. A cooperação interuniversitária pode, assim, funcionar como um mecanismo de integração horizontal, capaz de reduzir duplicações, aproximar capacidades dispersas e favorecer o desenvolvimento regional.

Esta perspectiva encontra respaldo na conceção das redes como formas organizativas baseadas em objetivos comuns, comunicação permanente, colaboração mútua e relações não hierárquicas. Sebastián (2000) considera as redes espaços de cooperação nos quais as interações e transferências entre os participantes geram produtos tangíveis e intangíveis. Pallán Figueroa (1998), ao abordar especificamente as redes universitárias, destaca a horizontalidade e a comunicação multidirecional como elementos essenciais para a construção de propósitos partilhados.

Com base nesses pressupostos, o objetivo deste artigo é sistematizar uma proposta teórica de Espaço Angolano de Cooperação Interuniversitária (EACIU), concebido como estrutura de articulação entre instituições de ensino superior para o desenvolvimento de projetos conjuntos e para o melhor aproveitamento das capacidades existentes. A análise concentra-se nos fundamentos, na arquitetura e nas dimensões do modelo, procurando explicitar de que modo a cooperação pode contribuir para o fortalecimento institucional do ensino superior angolano.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 COOPERAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA E REDES UNIVERSITÁRIAS

A cooperação interuniversitária pode ser entendida como uma relação organizada entre duas ou mais instituições de ensino superior que assumem objetivos de desenvolvimento mutuamente aceites. Diferentemente de contactos ocasionais, a cooperação supõe compromissos, responsabilidades, mecanismos de comunicação e resultados esperados. O seu valor estratégico reside na possibilidade de combinar capacidades que, quando utilizadas de forma isolada, produzem menor impacto institucional e social.

As redes representam uma das formas mais adequadas para estruturar essa cooperação. Elas articulam instituições e pessoas em torno de objetivos comuns por meio de canais de comunicação relativamente permanentes. Na leitura de Sebastián (2000), a existência de objetivos explícitos e de um plano de ação compartilhado distingue as redes de cooperação de outras modalidades associativas menos comprometidas com resultados concretos. A rede torna-se, deste modo, uma estrutura funcional para a colaboração científica e académica.

Pallán Figueroa (1998) caracteriza as redes universitárias como conjuntos de instituições relacionadas horizontalmente e de maneira multidirecional. Esse princípio é relevante porque preserva a identidade e a autonomia dos participantes: a cooperação não exige dependência hierárquica, mas capacidade para negociar prioridades, assumir compromissos e partilhar benefícios. A horizontalidade cria condições para que instituições com diferentes

níveis de desenvolvimento participem em projetos segundo as capacidades que podem oferecer ou as necessidades que pretendem suprir.

A relação entre cooperação e produção de conhecimento é particularmente significativa. A partilha de investigadores, bases de dados, laboratórios, programas de pós-graduação, publicações e experiências de gestão amplia a capacidade científica das instituições e favorece novas formas de conectividade. A universidade, nesse sentido, é compreendida não apenas como unidade administrativa, mas como organização social cuja matéria-prima e produto central é o conhecimento. A criação de redes pode fortalecer a sua missão de produzir, preservar e difundir cultura e conhecimento.

Para o contexto angolano, a cooperação em rede apresenta ainda uma dimensão territorial. A distribuição das instituições por regiões académicas abre a possibilidade de organizar espaços regionais de cooperação articulados entre si. A lógica proposta procura combinar proximidade territorial, interesses científicos e necessidades de desenvolvimento, permitindo que a cooperação se estabeleça tanto no interior de uma região como entre instituições de diferentes regiões.

2.2 EVOLUÇÃO E REFORMAS DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

O ensino superior em Angola foi implantado em 1963 com os Estudos Gerais Universitários, inicialmente orientados para áreas como Medicina, Engenharia, Agronomia, Medicina Veterinária e Ciências Pedagógicas. Em 1968, essa estrutura foi transformada na Universidade de Luanda. Após a independência, a instituição passou a denominar-se Universidade de Angola e, posteriormente, Universidade Agostinho Neto, mantendo durante vários anos uma posição central na organização do subsistema (SILVA, 2004).

A partir da década de 1980, verificou-se uma ampliação de unidades orgânicas e de áreas de formação, acompanhada por iniciativas de ensino a distância e por uma presença universitária mais ampla no território. Na década de 1990, a abertura económica e política favoreceu o surgimento de instituições privadas. Essa diversificação modificou a estrutura do sistema e exigiu novos mecanismos de regulação, supervisão e garantia da qualidade.

No início dos anos 2000, foram aprovados diplomas destinados a regulamentar a criação, o funcionamento e a organização das instituições de ensino superior (REPÚBLICA DE ANGOLA, 2009). As Linhas Mestras para a melhoria da gestão do subsistema e o respetivo plano de implementação (REPÚBLICA DE ANGOLA, 2006) identificaram problemas de conceção institucional, gestão, financiamento, currículo, corpo docente e corpo discente,

propondo ações para a melhoria do desempenho e da qualidade. O processo culminou, no período analisado, em novas medidas de reorganização da rede pública e de expansão territorial.

Um dos marcos do período foi o redimensionamento institucional que deu origem a novas universidades públicas e a uma organização por regiões acadêmicas. Esta configuração ampliou a presença do ensino superior no território e criou condições para pensar a cooperação não apenas como relação bilateral entre instituições, mas como política de articulação de capacidades regionais e nacionais. A expansão, contudo, também tornou mais visíveis desafios relativos à preparação pedagógica do corpo docente, à gestão curricular, à infraestrutura e à coordenação entre instituições.

A I Conferência Nacional do Ensino Superior, realizada em 2012, reforçou preocupações relacionadas com qualidade, avaliação, investigação científica, formação pós-graduada, qualificação de docentes, sistemas de informação, relação com o setor produtivo e adequação dos perfis de saída às necessidades do desenvolvimento. Esses desafios constituem parte do contexto a partir do qual se justifica a construção de mecanismos de cooperação interinstitucional.

2.3 COOPERAÇÃO, QUALIDADE E CAPACIDADE INSTITUCIONAL

Os desafios identificados nas reformas do ensino superior não são apenas problemas internos de cada instituição. A insuficiência de recursos especializados, a necessidade de formação avançada, a concentração de determinados meios científicos e a desigual distribuição de capacidades podem ser enfrentadas de maneira mais eficiente quando as instituições partilham recursos e conhecimentos. A cooperação torna-se, portanto, um instrumento de desenvolvimento institucional e não apenas uma expressão de boa vontade entre universidades.

A lógica de rede favorece a articulação entre autonomia e integração. Cada instituição mantém a sua identidade e as suas competências, mas participa em projetos de interesse comum, definindo objetivos, responsabilidades e mecanismos de acompanhamento. Esta conceção é compatível com a ideia de universidade como instituição social comprometida com o desenvolvimento e com a produção de conhecimento relevante para a sociedade (DE SOUSA SANTOS, 2006).

Além da dimensão nacional, a cooperação fortalece a capacidade de internacionalização. Instituições que conhecem as suas próprias capacidades e que dispõem de informação sistematizada sobre parceiros potenciais encontram melhores condições para participar em redes científicas, projetos multilaterais e programas de mobilidade. A

conectividade interna pode, assim, funcionar como base para uma presença externa mais consistente.

Por estas razões, a proposta de um espaço nacional de cooperação deve ser entendida como arquitetura institucional capaz de articular informação, recursos, pessoas e projetos. O seu funcionamento depende de regras claras, confiança, reciprocidade e mecanismos de avaliação que permitam demonstrar resultados para as instituições e para a sociedade.

3 METODOLOGIA

O estudo possui natureza teórico-documental e bibliográfica. A investigação original foi apoiada nos métodos de modelação e sistémico-estrutural, utilizados para organizar os elementos do fenómeno da cooperação e representar as relações entre pressupostos, dimensões e resultados esperados. A análise procurou responder a duas questões: como impulsionar o intercâmbio e os projetos conjuntos entre instituições de ensino superior em Angola; e quais bases teóricas, contextuais e funcionais podem sustentar a criação de um espaço nacional de cooperação interuniversitária.

O corpus foi constituído por bibliografia sobre universidade, redes e cooperação interuniversitária, por documentos legais e institucionais angolanos e por materiais relativos às reformas do subsistema de ensino superior. Entre os documentos centrais encontram-se as Linhas Mestras para a melhoria da gestão, o respetivo Plano de Implementação, diplomas reguladores do ensino superior e documentos institucionais utilizados para reconstruir a evolução e os desafios do sistema.

O tratamento do material combinou sistematização teórica, análise histórico-cronológica e leitura estrutural das relações entre organização universitária, cooperação e desenvolvimento institucional. A modelação permitiu converter os elementos identificados numa proposta articulada em três dimensões: conceptual, dinâmica e de impacto. A análise sistémica foi utilizada para compreender essas dimensões como partes interdependentes de uma mesma estrutura cooperativa.

O recorte histórico-documental encerra-se em 2012, correspondente ao horizonte temporal do documento original. Assim, a presente adaptação não atualiza o número de instituições, a legislação posterior nem a configuração administrativa atual do ensino superior em Angola. Para efeitos de uniformização editorial, adota-se neste artigo a denominação Espaço Angolano de Cooperação Interuniversitária (EACIU), embora no documento de origem a

proposta apareça também designada como Estratégia Angolana de Cooperação Inter-Instituições de Ensino Superior (EACIES).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental e bibliográfica permitiu organizar um modelo teórico de cooperação assente em pressupostos de entrada e em três dimensões interdependentes. Os pressupostos teóricos definem a visão de universidade e de cooperação que sustenta a proposta; os pressupostos empírico-contextuais situam o modelo na trajetória e nos desafios do ensino superior angolano. Sobre essa base, as dimensões conceptual, dinâmica e de impacto estruturam, respetivamente, o que é o espaço de cooperação, como funciona e de que forma os seus resultados podem ser avaliados.

4.1 PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO MODELO

Entre os pressupostos teóricos, a proposta assume uma visão dialética da universidade, compreendendo-a como instituição dinâmica, contraditória e contextual. Em termos antropológicos, privilegia-se uma perspetiva humanista, na qual as estruturas e os processos universitários existem para favorecer a formação e o desenvolvimento de pessoas. No plano organizacional, a universidade é concebida como sistema de inter-relações que articula docência, investigação, extensão, gestão e produção de conhecimento.

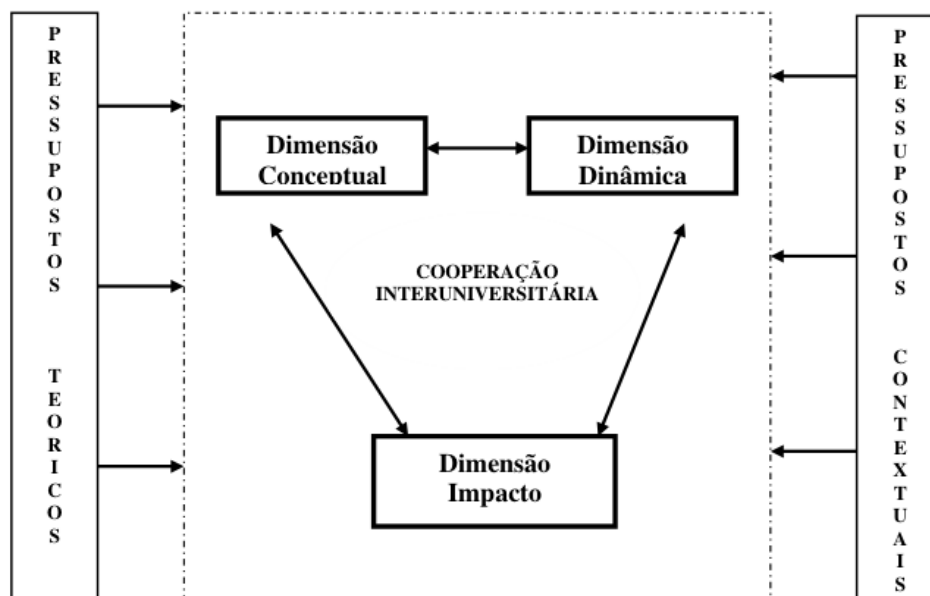
No domínio específico da cooperação, parte-se da ideia de que a relação entre universidades pode alterar positivamente o potencial institucional quando existe um projeto comum. As redes atuam como unidades funcionais dessa cooperação porque permitem organizar relações permanentes, distribuir responsabilidades e articular capacidades em torno de áreas de interesse científico e social.

Os pressupostos empírico-contextuais incluem a trajetória histórica do ensino superior angolano, as mudanças institucionais do período analisado, o marco jurídico-legal, as Linhas Mestras para a melhoria da gestão e a distribuição territorial das instituições. Esses elementos justificam que a proposta não seja concebida como modelo abstrato, mas como resposta a uma configuração nacional caracterizada por expansão, diferenciação institucional e necessidade de maior articulação.

A Figura 1 sintetiza a lógica do modelo. Os pressupostos teóricos e contextuais alimentam uma estrutura de cooperação organizada em três dimensões, cujas relações são recíprocas. A dimensão conceptual define a identidade e a arquitetura do espaço; a dimensão

dinâmica traduz essa arquitetura em processos de interação; e a dimensão de impacto verifica os efeitos produzidos pela cooperação.

Figura 1 – Conceção teórica do Espaço Angolano de Cooperação Interuniversitária



Fonte: adaptado da concepção teórica apresentada no documento original.

4.2 DIMENSÃO CONCEPTUAL: IDENTIDADE, PRINCÍPIOS E ARQUITETURA INSTITUCIONAL

A dimensão conceptual responde às questões fundamentais sobre a identidade do EACIU. O problema que orienta a proposta é a necessidade de impulsionar intercâmbio e projetos conjuntos entre universidades e outras instituições de ensino superior, utilizando mecanismos de cooperação em áreas estratégicas. O objeto de atenção é o próprio espaço de cooperação, entendido como empreendimento conjunto que desenvolve a sua missão por meio de redes universitárias.

A estrutura proposta é organizada em espaços regionais de cooperação. Cada espaço reuniria as instituições de uma determinada região académica e disporia de uma instância de coordenação. A regionalização não limita a cooperação ao território imediato: instituições pertencentes a diferentes espaços podem estabelecer redes segundo afinidades, capacidades e necessidades. A célula funcional do sistema é, portanto, a rede interuniversitária e não a unidade administrativa regional em si.

A proposta assenta num sistema de valores partilhados: confiança, compromisso, iniciativa, cultura de cooperação, respeito pelas ideias dos participantes, perseverança, liderança partilhada e distribuição de benefícios. Estes valores procuram criar condições para

que a cooperação seja sustentável e para que os participantes reconheçam a relação como vantajosa para o conjunto e não como mecanismo de dependência.

A missão do EACIU consiste em fomentar alianças e cooperação entre instituições de ensino superior de Angola por meio da criação de redes. Entre os objetivos associados encontram-se facilitar a mobilidade de estudantes, docentes e pessoal técnico-administrativo; promover a qualidade dos programas e serviços; realizar estudos estratégicos; articular interesses acadêmicos, científicos, extensionistas e administrativos; promover convênios; fortalecer relações universidade-empresa; e ampliar a integração das universidades na vida cultural e no desenvolvimento do país.

Os princípios orientadores incluem voluntariedade, solidariedade e cooperação, educação para o desenvolvimento, reconhecimento do conhecimento produzido em rede como bem público universitário e valorização do autoconhecimento institucional e da informação sobre os parceiros. A adesão voluntária é central para preservar a autonomia; a solidariedade estabelece o compromisso de colaboração; e a informação reduz assimetrias e permite identificar de maneira mais precisa as possibilidades de cooperação.

Quadro 1 – Componentes estruturantes da dimensão conceptual do EACIU

Componente	Conteúdo central	Função no modelo
Missão	Fomentar alianças e cooperação entre IES por meio de redes.	Dar unidade e direção ao espaço cooperativo.
Princípios	Voluntariedade; solidariedade; educação para o desenvolvimento; produção em rede como bem público; autoconhecimento e informação.	Regular relações, preservar autonomia e orientar comportamentos cooperativos.
Participantes	IES e órgãos públicos relacionados com ensino superior, ciência, tecnologia e outras áreas, além de empresas e organizações quando necessário.	Ampliar a base institucional e favorecer articulações intersectoriais.
Governança	Espaços regionais, conselhos de cooperação e estruturas institucionais de gestão da cooperação.	Organizar responsabilidades e assegurar continuidade administrativa.
Áreas prioritárias	Investigação; formação de recursos humanos; educação contínua e a distância; intercâmbio académico; mobilidade; informação; reconhecimento académico; inovação.	Transformar a cooperação em projetos concretos e mensuráveis.
Instrumentos	Mapeamento de capacidades, objetivos comuns, planos de ação, convênios, bases de dados e normas de cooperação.	Converter potencialidades institucionais em relações operacionais.

Fonte: elaboração própria com base no modelo teórico do documento de origem.

4.3 DIMENSÃO DINÂMICA: MECANISMOS DE FUNCIONAMENTO DAS REDES

A dimensão dinâmica trata dos processos que mantêm as redes em funcionamento. A cooperação não se realiza apenas pela existência formal de convênios ou estruturas; depende da qualidade das interações, da circulação da informação, da capacidade de tomar decisões

conjuntas e da existência de projetos que mobilizem efetivamente os participantes. Por isso, a horizontalidade e a fluidez dos intercâmbios constituem requisitos operacionais do modelo.

Um primeiro mecanismo é o conhecimento das capacidades instaladas. Cada instituição deve dispor de informação sobre cursos, linhas e projetos de investigação, graus científicos, publicações, recursos humanos, laboratórios e outras infraestruturas relevantes. A consolidação dessas informações permite elaborar mapas de potencialidades e identificar quem pode oferecer ou receber cooperação em determinado domínio.

Um segundo mecanismo é a definição de áreas de cooperação, objetivos comuns e planos de ação. A proposta privilegia investigação, formação de recursos humanos, educação contínua e a distância, intercâmbio académico, mobilidade, circulação de informação, reconhecimento de títulos e inovação académica. Cada rede, contudo, deve selecionar prioridades em função das características das instituições participantes e das necessidades territoriais e nacionais.

Um terceiro mecanismo é a institucionalização da cooperação. O modelo prevê que as instituições criem estruturas com competência para gerir relações cooperativas e que sejam aprovadas políticas e normas destinadas a orientar a atuação. A regulamentação, nessa perspetiva, deve funcionar como facilitadora das relações e não como fonte de burocratização. A qualidade da governança dependerá da capacidade de combinar segurança institucional com flexibilidade operacional.

4.4 DIMENSÃO DE IMPACTO: RESULTADOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A dimensão de impacto organiza os efeitos esperados da cooperação. O modelo distingue resultados tangíveis, suscetíveis de quantificação e avaliação direta, e resultados intangíveis, que representam valor acrescentado, mas são menos facilmente convertidos em indicadores numéricos. Esta distinção é importante porque a cooperação universitária pode produzir tanto produtos imediatos — projetos, publicações, mobilidade, cursos e infraestruturas partilhadas — como mudanças de cultura institucional e de confiança entre parceiros.

A avaliação é estruturada em quatro perspetivas. A primeira corresponde à comunidade universitária e considera a satisfação, a participação e o desenvolvimento de gestores, docentes, estudantes e pessoal técnico. A segunda corresponde à sociedade e observa a produção e a disseminação de conhecimento e serviços vinculados às necessidades sociais. A terceira refere-se aos processos internos e avalia melhorias na gestão, inovação, regulação e operação das instituições.

A quarta perspectiva é a aprendizagem e o crescimento institucional. Neste plano, o impacto manifesta-se no fortalecimento da cultura de cooperação, na maior coesão entre instituições, no conhecimento das capacidades científicas e tecnológicas existentes e na criação de espaços de interação relativamente estáveis. Esses resultados intangíveis podem, a médio prazo, aumentar a capacidade das universidades para participar em projetos de maior complexidade.

A presença de uma dimensão de impacto evita que a cooperação se reduza à assinatura de acordos. Um espaço nacional de cooperação deve demonstrar a sua utilidade por meio de resultados, aprendizagem e melhoria institucional. A avaliação sistemática dos efeitos pode ainda apoiar a revisão de prioridades, a prestação de contas e a tomada de decisão sobre a continuidade ou reformulação das redes.

Quadro 2 – Perspetivas para avaliação do impacto da cooperação

Perspetiva	Elementos de análise
Comunidade universitária	Participação, satisfação, retenção, desenvolvimento de docentes, estudantes, gestores e pessoal técnico-administrativo.
Sociedade	Produção e disseminação de conhecimento, serviços e respostas alinhadas com interesses e necessidades sociais.
Processos internos	Melhorias operacionais, inovadoras, administrativas, reguladoras e de gestão da cooperação.
Aprendizagem e crescimento	Cultura de cooperação, coesão interinstitucional, conhecimento de capacidades e criação de redes sustentáveis.

Fonte: sistematização da dimensão de impacto proposta no estudo.

4.5 SÍNTESE ANALÍTICA DA PROPOSTA

O principal contributo do modelo reside na articulação entre território, capacidade institucional e funcionamento em rede. A proposta não pressupõe que todas as instituições possuam os mesmos recursos, mas justamente que a heterogeneidade possa ser transformada em complementaridade. Uma instituição com maior capacidade em determinada área pode apoiar outra e, simultaneamente, beneficiar de competências existentes em outros domínios.

Outra característica relevante é a tentativa de ligar cooperação académica e desenvolvimento. Os objetivos propostos abrangem investigação, formação, mobilidade, relação universidade-empresa, inovação e inserção cultural das universidades. A cooperação é, assim, concebida como mecanismo para aumentar o impacto social do ensino superior, e não apenas como estratégia de visibilidade institucional.

O modelo também evidencia que a sustentabilidade das redes depende da combinação entre regras formais e cultura cooperativa. Estruturas jurídicas, conselhos, departamentos e convénios são necessários, mas insuficientes sem confiança, compromisso, informação partilhada e liderança colaborativa. O funcionamento efetivo do EACIU exigiria, portanto,

políticas institucionais estáveis, sistemas de informação atualizados e mecanismos de monitorização dos resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permite concluir que a cooperação interuniversitária pode constituir um instrumento estratégico para o fortalecimento do ensino superior em Angola, sobretudo quando é estruturada por meio de redes e orientada para objetivos concretos. O modelo proposto procura superar uma visão fragmentada da cooperação ao articular pressupostos, estruturas, processos e avaliação de impactos.

O Espaço Angolano de Cooperação Interuniversitária é concebido como um empreendimento conjunto no qual instituições autónomas estabelecem relações horizontais para partilhar capacidades e desenvolver projetos. A sua arquitetura combina espaços regionais, redes temáticas, mecanismos de governança, áreas prioritárias de colaboração e um sistema de valores orientado pela voluntariedade, solidariedade, confiança e benefício mútuo.

Entre os ganhos potenciais destacam-se a racionalização de recursos, a ampliação da mobilidade, o fortalecimento da investigação científica, a formação de recursos humanos, a partilha de infraestruturas e informação, a maior articulação com o setor produtivo e a criação de condições para uma internacionalização mais consistente. A cooperação pode também contribuir para reduzir assimetrias institucionais e aproximar a produção universitária das necessidades de desenvolvimento das regiões e do país.

Como limitação, o estudo está ancorado num recorte documental que termina em 2012. A publicação contemporânea desta proposta requer que a etapa seguinte confronte o modelo com a configuração atual do ensino superior angolano, com o quadro legal vigente e com evidências empíricas recolhidas junto das instituições. Mesmo assim, a estrutura teórica mantém valor como base para discutir mecanismos de articulação interinstitucional, desde que seja submetida a atualização, validação e adaptação às condições atuais.

REFERÊNCIAS

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **La Universidad en el siglo XXI: para una reforma democrática y emancipadora de la Universidad**. Havana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2006.

PALLÁN FIGUEROA, Carlos. Las posibilidades de la Educación Superior desde las perspectivas de las redes universitarias. **Educación Global**, Guadalajara, n. 2, 1998.



REPÚBLICA DE ANGOLA. Conselho de Ministros. **Decreto n.º 90/09, de 15 de dezembro de 2009**. Estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema de ensino superior. Luanda, 2009.

REPÚBLICA DE ANGOLA. Secretaria de Estado para o Ensino Superior. **Plano de implementação das linhas mestras para a melhoria da gestão do subsistema do ensino superior**. Luanda, 15 dez. 2006.

SEBASTIÁN, Jesús. Las redes de cooperación como modelo organizativo y funcional para la I+D. **Redes**, v. 7, n. 15, p. 97–111, 2000.

SILVA, Eugénio Adolfo Alves da. **O burocrático e o político na administração universitária**: continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola). Braga: CIE/IEP/Universidade do Minho, 2004.